

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

A Produção Científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCD

EDUARDO DE SOUSA CODAZZI

**RIO DE JANEIRO
2022**

EDUARDO DE SOUSA CODAZZI

A Produção Científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCD

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis

Orientadora: Prof. Dra. Monica Zaidan Gomes

**RIO DE JANEIRO
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

C669p Codazzi, Eduardo de Sousa
A Produção Científica nacional em contabilidade
sobre inclusão de PCD / Eduardo de Sousa Codazzi. -
Rio de Janeiro, 2022.
41 f.

Orientador: Monica Zaidan Gomes.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Bacharel em
Ciências Contábeis, 2022.

1. Pessoas com deficiência . 2. Contabilidade.
3. Inclusão. I. Gomes, Monica Zaidan , orient. II.
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto-CRB-7/6283.

EDUARDO DE SOUSA CODAZZI

A Produção Científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCD

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do grau de bacharel em Ciências
Contábeis

Prof.^a. Dr.^a: Monica Zaidan Gomes - Orientadora

Profa. Msc. Mônica Visconti

Prof. Dr. José Augusto Veiga da Costa Marques

RIO DE JANEIRO
2022

RESUMO

CODAZZI, Eduardo de Sousa. **A Produção Científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCD.**2022. Monografia em Ciências Contábeis - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Este estudo objetivou responder à pergunta: Como se apresenta a produção científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCDs? Para isso, mapearam-se estudos em português contidos nas revistas de contabilidade dos estratos superiores: A1 a B3. Em relação ao período delimitado, escolheu-se a classificação 2013-2016, da grande-área de Administração, Contabilidade e Turismo”. Inicialmente foram encontradas 22 revistas com nome contendo um dos três termos: Contábil, Contábeis ou Contabilidade. Dessas revistas foram pesquisados diversos termos sobre inclusão de PCD, foram eles: Inclusão, Deficiência(s), Deficiente(s), "Portador de Necessidade Especial", "Portadores de Necessidades Especiais", Surdez, Surdo(a)(os)(as)/Surd*, Mudo(a)(os)(as), Cegueira, Cego(a)(os)(as)/Ceg* e por fim Cadeirante(s). Dessa seleção 589 artigos, foram selecionados, porem depois da análise dos títulos e resumos quando necessários para verificar se o tema era de inclusão de PCDs, apenas 6 artigos foram encontrados e essa foi a base bibliográfica dessa presente pesquisa. A metodologia utilizada nesse estudo é descritiva, Em relação aos procedimentos de coleta e análise de dados, essa é uma pesquisa bibliométrica. Foi constatada a baixa produção com o foco dessa monografia, onde apenas 6 artigos foram encontrados nas revistas de contabilidade. Esses artigos foram escritos por 10 autores, que atuam em Instituições de Ensino Superior das regiões sul e sudeste. A Universidade Federal do Paraná se destaca por ter autores em dois artigos.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência (PCDs), Contabilidade, Inclusão.

ABSTRACT

CODAZZI, Eduardo de Sousa. **The national scientific production in accounting on PCD inclusion**. 2022. Monograph in Accounting Sciences - Faculty of Administration and Accounting Sciences, University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This study aimed to answer the question: How is the national scientific production in accounting about the inclusion of PCDs presented? For this, studies in Portuguese contained in accounting journals of the upper strata were mapped: A1 to B3. Regarding the defined period, the classification 2013-2016 was chosen, from the large area of Administration, Accounting and Tourism”. Initially, 22 journals were found with names containing one of the three terms: Contábil, contábeis ou Contabilidade. From these magazines, several terms were searched about inclusion of PCD, they were: Inclusão, Deficiência(s), Deficiente(s), "Portador de Necessidade Especial”, “Portadores de Necessidades Especiais”, Surdez, Surdo(a)(os)(as)/Surd*, Mudo(a)(os)(as), Cegueira, Cego(a)(os)(as)/Ceg* and finally Cadeirante(s). From this selection 589 articles were selected, however after the analysis of titles and summary when necessary to verify if the theme was the inclusion of PCDs, only 6 articles were found and this was the bibliographic basis of this present research. The methodology used in this study is descriptive. Regarding data collection and analysis procedures, this is a bibliometric research. It was verified the low production with the focus of this monograph, where only 6 articles were found in accounting journals. These articles were written by 10 authors, who work in Higher Education Institutions in the South and Southeast regions. The Federal University of Paraná stands out for having authors in two articles..

Keywords: People with disabilities (PWDs), Accounting, Inclusion

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista de Periódicos com um dos termos: Contábil, contábeis ou Contabilidade, bem como seus estratos.....	27
Quadro 2. Termos de pesquisa utilizados pelo autor.....	28
Quadro 3. Totais de publicações por grupo de termos, encontrados nas buscas.....	29
Quadro 4. Lista completa dos Títulos e Autores dos estudos selecionados.....	30
Quadro 5. Lista de artigos por ano.....	30
Quadro 6. Quantidade de autores por artigo.....	32
Quadro 7. Principais características do estudo de Kraemer (2006).....	33
Quadro 8. Principais características do estudo de Barreto Neto (2016)	34
Quadro 9. Principais características do estudo de Carmo, Souza e Cunha (2016)	34
Quadro 10. Principais características do estudo de Santos e Costa (2019)	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de trabalhos por ano	- 22 -
Figura 2 – Distribuição anual dos trabalhos da RBEE	- 24 -

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

OMS Organização Mundial de Saúde

PCDs Pessoas com deficiência

LBI Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

CIF Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

IES Institutos de Ensino Superior

CIDID Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens

CO88 Constituição de 1988

SCIELO Scientific Electronic Library Online

LILACS Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

RBEE Revista Brasileira de Educação Especial

Sumário

1.1 Contextualizações do tema	11 -
1.2 Questão de pesquisa	13 -
1.3 Objetivo do estudo	14 -
1.4 Importância do estudo	14 -
1.5 Delimitação do estudo	15 -
1.6 Organização do estudo	15 -
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16 -
2.1.1 Deficiência- Pré-modelo médico.....	16 -
2.1.2 O modelo médico de deficiência.....	16 -
2.1.3 O modelo social de deficiência	17 -
2.1.4 O modelo interacionista.....	17 -
2.2 Legislação brasileira que trata de PCD	18 -
2.2.1 Lei de cotas no mercado de trabalho 1991	18 -
2.2.2 Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - LBI	19 -
2.2.3 Lei de Inclusão na Educação superior, reserva de vagas- Lei 13.409/2016	20 -
2.3 Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior.....	20 -
2.4 Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho	21 -
2.5 Estudos bibliométricos anteriores com foco em pessoas com deficiência (trabalhos sobre o tema publicados no Brasil).....	22 -
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	27 -
3.1 Categorização da Pesquisa.....	27 -
3.2 População e amostra de pesquisa	27 -
3.3 Coleta de dados	28 -
3.4 Análise dos dados.....	29 -
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	30 -
4.1. Lista completa dos Títulos dos artigos e de seus Autores	30 -
4.2 Distribuição temporal dos artigos (anos).....	30 -
4.2 Distribuição dos autores por Gênero.....	31 -
4.3 Distribuição de autores por IES (afiliação)	31 -
4.4 Distribuição espacial de autores (estados e regiões do país das IES)	31 -
4.5 Quantidade de autores por artigo	32 -
4.6 Quantidade de artigos por tema	32 -
5. CONCLUSÃO	36 -
5.1 Considerações Finais.....	36 -

5.2 Limitações da Pesquisa.....	- 36 -
5.3 Sugestões para Estudos Futuros.....	- 36 -
REFERÊNCIAS:	- 37 -

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizações do tema

Conforme estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), há uma tendência de aumento de pessoas com deficiência (PCDs) no mundo. Em 2010, mais de um bilhão de pessoas viviam com algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 15% da população mundial da época. Já em 1970, a proporção de PCDs era bem menor, em torno de 10% da população mundial. (OMS, 2012).

A definição de deficiência é complexa e em nosso país a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, em seu artigo 2º, traz uma definição legal de PCD, como sendo aquela que possui “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015).

Na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que foi elaborada tendo participação de acadêmicos, médicos clínicos e de PCDs, os problemas de funcionalidade humana são categorizados em três áreas interconectadas:

“1- **Alterações das estruturas e funções corporais**: significa problemas de funções corporais ou alterações de estruturas do corpo, como por exemplo, paralisia ou cegueira;

2-**limitações**: são dificuldades para executar certas atividades, por exemplo, caminhar ou comer;

3-**restrições à participação em certas atividades**: são problemas que envolvem qualquer aspecto da vida, por exemplo, enfrentar discriminação no emprego ou nos transportes.

A deficiência refere-se às dificuldades encontradas em algumas ou todas as três áreas da funcionalidade.” (OMS, 2012, p.5)

Uma importante Lei que trouxe as questões e barreiras enfrentadas pelas PCDs foi a LBI, sobre essa Lei, Rocha e Oliveira, (2022, p.3) afirma:

Em linhas gerais, a LBI não é um compilado de leis, mas, sim, um documento “único” que traz harmonia jurídica ao texto da Convenção para a legislação brasileira, porque, por algum motivo, poderia estar em desacordo com ela. Assim, houve alterações, por exemplo: no Código Eleitoral, no Código de Defesa do Consumidor, no Estatuto das Cidades, no Código Civil, na Lei de Improbidade Administrativa, na Consolidação das Leis do Trabalho, e em outras, que foram ajustados na LBI à luz da Convenção.

A LBI em seu art. 3º, inciso IV define barreiras como sendo:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias

Mas essa sequência de esforços e leis em relação as PCDs não são recentes no mundo nem no Brasil; Segundo Bravo, Bello, Hayashi (2014), foi a partir da década de 1990 que a legislação brasileira sobre acessibilidade de pessoas com deficiência com vistas à inclusão foi formulada. E uma das importantes primeiras leis criadas sobre a inclusão foi a lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; - a lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, estabelecendo que:

A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

Até 200 empregados – 2%

De 201 a 500- 3%

De 501 a 1000- 4%

De 1001 em diante – 5% (BRASIL, 1991)

E em 1996 uma importante lei na área da educação foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9.394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1996)

Sobre a LDB, Dupin e Silva (2020, p.72) falam sobre o capítulo V, destinado exclusivamente para tratar de Educação Especial; os autores concluíram que essa Lei complementa um dispositivo já existente na Constituição de 1988(BRASIL, 1988), e que contribui para homogeneizar a educação para PCDs e contribui para criar dispositivos legais para a fiscalização de seu cumprimento.

Dando sequência nos esforços da inclusão na educação foi criado a lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI que em seu capítulo 4 fala sobre direito à educação para PCD dizendo em seu “Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”(BRASIL,2015)

Sobre a LBI, Araújo e Filho (2015, p.2), dizem que mesmo que seja uma lei apenas para executar as políticas determinadas pela Convenção da ONU sobre os direitos das PCDs, a lei teve sua importância, pois dentre muitas coisas ela detalhou efetivamente esses comandos convencionais, através da reunião de diversos pontos espalhados em diversas legislações, dando assim uma uniformidade de tratamento ao sistema legal, que teve de ser alterado em diversos códigos (Civil, processo civil e penal).

E dando continuidade as leis que buscam concretizar os direitos as PCDs veio a lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, incluiu as PCDs na reserva de vagas no ensino federal público. (BRASIL, 2012).

A alteração trazida pela Lei nº 13.409, incluindo pessoas com deficiência na reserva de vagas no ensino superior, possibilita maiores condições de acesso aos processos seletivos, com perspectiva de consequente aumento do número de pessoas com deficiência graduadas. A presença desse público nas universidades cria demandas para modificações arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, metodológicas e outras inerentes que vêm transformando a “cara” das IES. (ROCHA,2019, p.)

Apesar desse amplo arcabouço jurídico em favor da inclusão das PCDs, em recente pesquisa Ré e Rodrigues (2019, p. 32)) revelam o enorme desafio da inclusão ao mostrar que

[...] a visão das pessoas sem deficiência, que prevalece sobre as PcD, é a de que deveriam se manter segregadas, não tanto pelas suas limitações, mas principalmente, conforme relatado, que as organizações procurando cumprir as Cotas determinadas

por lei, se esquecem da necessidade de adaptações e sensibilização para melhor recebê-las nas organizações.

Investigar as questões relacionadas a inclusão das PCDs nas mais diversas áreas profissionais é um esforço indispensável para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Na área contábil, o tema ainda permanece pouco explorado (DUFF; FERGUSON; GILMORE, 2007; DUFF; FERGUSON, 2011a).

De acordo com Lodh e Nandy (2017) apesar de haver políticas de incentivos para pessoas com deficiência prosseguir no ensino superior, há um número baixo na procura desses estudantes pela área contábil.

Em outro estudo Duff e Ferguson apontam que os dois campos de atuação mais populares entre os contadores com deficiência são o trabalho autônomo por permitir maior individualidade e o trabalho na área fiscal por diminuir a necessidade de viagens (DUFF; FERGUSON, 2011b).

Faz-se necessário mapear as publicações sobre o tema para fomentar a discussão, identificar lacunas importantes e indicar oportunidades para pesquisas futuras

Já existem estudos bibliométricos, sobre a inclusão de PCDs, que é o modelo de estudo dessa monografia. Dentre eles pode-se citar Faria e Carvalho (2013), que em seu artigo, evidenciaram um silêncio acadêmico por parte dos pesquisadores do campo de Administração acerca de questões envolvendo PCDs. Tiveram como objetivo propor diretrizes de pesquisa para acadêmicos brasileiros em Administração a partir de um panorama da produção científica sobre pessoas com deficiências realizado por meio de uma análise de base bibliométrica acerca das publicações nos eventos promovidos pela ANPAD entre os anos de 2000 e 2010. Foram encontrados 41 trabalhos com foco em PCD dentre os 10.983 artigos publicados nos anais dos eventos promovidos pela ANPAD nesse período, quantidade que correspondeu a apenas 0,37% das publicações no período. Número que os autores consideraram insuficiente frente a quantidade de PCDs no Brasil e os desafios para a inclusão das mesmas no chamado mundo das organizações.

No campo da educação, o estudo de Gonçalves e Hayashi (2014), que no artigo deles fizeram um estudo bibliométrico cuja a fonte foi banco de teses da CAPES, porém sem uma delimitação dos anos a serem pesquisados, dos 226 trabalhos iniciais que poderiam ser utilizados, peneirou-se através dos textos integrais e tirando registros duplicados restaram 42 trabalhos, que cobriram o período de 2003 a 2012, sendo seis teses de doutorado, trinta e cinco dissertações de mestrado e uma dissertação de mestrado profissionalizante. Após isso as autoras separaram por temas de acordo com seu objetivo que é - focalizar na produção científica acadêmica brasileira sobre a Educação do Campo (EC) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como subsídio para estabelecer a relação com a Educação Especial (EE) visando reconhecer a existência de pesquisas que retratem a preocupação da escolarização de jovens e adultos do campo com deficiência, as autoras concluíram que existe uma lacuna na produção científica nacional haja vista o baixo percentual de trabalhos acadêmicos com esse enfoque.

1.2 Questão de pesquisa

Os periódicos científicos são instrumentos que auxiliam na disseminação de conhecimento. Essas publicações podem ser avaliadas de diversas maneiras, e uma delas é a análise bibliométrica que basicamente quantifica os processos de comunicação escrita. Estudos bibliométricos são indispensáveis para a mensuração da produção científica acerca de determinado assunto. (FERREIRA, 2010)

Não foram identificadas investigações, por meio de revisão bibliométrica sobre inclusão de PCD, em periódicos de contabilidade qualificados nos estratos superiores (A1 A2,

B1, B2 e B3) da classificação 2013-2016 Qualis-Sucupira, da grande-área de Administração, Contabilidade e Turismo.

Um estudo sobre produção de artigos nas revistas de contabilidade, auxilia na indicação de lacunas de pesquisa em relação ao tema de inclusão, e espera-se com esse estudo incentivar um maior foco nas pesquisas sobre esse grande desafio de inclusão de PCD num cenário onde há anualmente um crescente aumento de ingressos nas IES, e consequentemente de PCDs em busca de um emprego digno.

Desse modo, o presente estudo pretende responder ao seguinte questionamento: **Como se apresenta a produção científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCDs?**

1.3 Objetivo do estudo

O objetivo geral do presente estudo é mapear e identificar as publicações nacionais em português sobre o tema "inclusão de PCDs", em periódicos de contabilidade.

Para isso, foram escolhidos os periódicos de contabilidade qualificados nos estratos superiores (A1, A2, B1, B2 e B3) da classificação 2013-2016 Qualis-Sucupira, da grande-área de Administração, Contabilidade e Turismo. Nesse sentido, serão levantados os seguintes itens:

1. Quantificar o número de estudos sobre inclusão de PCDs nos periódicos selecionados, indicando os com maiores quantidades de publicações;
2. Listar os autores dos estudos selecionados;
3. Listar as instituições de ensino superior de afiliação dos autores, indicando as mais prolíficas;
4. Indicar quais estados da federação mais pesquisam;
5. Verificar o tipo e a frequência de coautorias;
6. Quais tipos de estudos, quais objetivos, quais metodologias de pesquisas, quais os principais resultados dessas pesquisas, quais as limitações dessas pesquisas, que outras pesquisas foram recomendadas pelos autores desses estudos?

Assim identificando o que já foi estudado e as lacunas de estudos que ainda existem para os acadêmicos da área contábil explorarem, desse modo contribuindo para uma efetiva inclusão das PCDs nas importantes áreas da vida, tais como receber adequada educação desde a infantil até a conclusão do ensino superior, para assim poderem chegar nas organizações serem capazes de realizar os mesmos trabalhos que as ditas pessoas sem-deficiência.

1.4 Importância do estudo

Conforme a OMS “faltam tanto consciência como informação científica sobre as questões relativas à deficiência. Não há consenso sobre definições e pouca informação comparável internacionalmente sobre a incidência, distribuição e tendências da deficiência. Há escassos documentos com compilação e análise do modo em que os países desenvolvem políticas e respostas para abordar as necessidades de uma PCD.” (OMS, 2012, p. Introdução)

Essa monografia busca trazer a luz sobre a importância do tema inclusão das pessoas com deficiência, visando mostrar o quão presente esse tema está nos artigos publicados na área contábil, buscando incentivar os pesquisadores a dedicar mais atenção a esse tema.

Sobre a relevância de publicar em revistas científicas Ferreira (2010, p.1) afirma que

[...] publicar em revistas científicas é uma das alternativas existentes, podendo ser o único veículo utilizado ou precedendo a publicação de um livro. O periódico científico é um canal de comunicação confiável, de periodicidade seriada e de publicação mais dinâmica do que a de um livro.

Desta forma, espera-se que esta monografia ajude a evidenciar a importância do tema da inclusão de PCDs, com um estudo bibliométrico de artigos científicos na grande área de Administração, Contabilidade e Turismo no Brasil, ampliando o debate e incentivando novos pesquisadores a abordarem e se aprofundarem nessa temática.

1.5 Delimitação do estudo

Essa monografia mapeou apenas artigos sobre o tema de inclusão de PCDs, publicados nos periódicos de contabilidade, em português. As revistas científicas foram pesquisadas na plataforma Sucupira/Qualis Periódicos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) criou o sistema de avaliação Qualis, que consiste em um conjunto de procedimentos que são utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação

Delimitou-se a investigação dentre os artigos contidos nos periódicos qualificados nos estratos superiores: “A2”, “B1”, “B2” e “B3”. Em relação ao período delimitado, escolheu-se a classificação 2013-2016, da grande-área de Administração, Contabilidade e Turismo”, cujo nome da revista contenha um dos três termos: Contábil, contábeis ou Contabilidade.

E dentro destas revistas foi feita buscas pelos seguintes termos: “Inclusão”, “Deficiente” ou “Deficiência”, sendo esses três os principais termos, e complementando a pesquisa com os termos: “Surdez”, “Surdo”, “Mudo”, “Cegueira”, “Cego”, “Cadeirante” e “Portador de Necessidade Especial”.

1.6 Organização do estudo

Esta monografia encontra-se estruturada da seguinte forma:

No capítulo 1 está a introdução do estudo, com uma contextualização do tema de pessoas com deficiência, evidenciando conceitos gerais de PCDs, elencando a sequência de leis que foram sendo criadas para a inclusão das PCDs no mercado de trabalho e no ensino superior e finalmente apresentada a questão de pesquisa: **como se apresenta a produção científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCDs?** Logo após o objetivo do estudo; finalizando com a contribuição e delimitação do estudo.

O capítulo 2 apresenta uma breve descrição dos três modelos de deficiência, onde temos o modelo médico de deficiência, o social e o interacionista; se apresentará em ordem cronológica as leis que foram publicadas sobre o tema; serão apresentados estudos sobre a inclusão da PCD no Ensino Superior e no mercado de trabalho; estudos anteriores bibliométricos com foco em pessoas com deficiência (trabalhos sobre o tema publicados no Brasil e no Exterior).

O capítulo 3 fornece a metodologia de pesquisa utilizada no trabalho. A tipologia, população, o processo de amostragem e os procedimentos de coleta e análise de dados também foram expostos. Também são evidenciadas as limitações da pesquisa.

O capítulo 4 apresenta e analisa os resultados das buscas nos portais selecionados e os índices obtidos.

O capítulo 5 contém as considerações finais; além disso, sugerem-se recomendações e estudos futuros

2 REVISÃO DE LITERATURA

O conceito de deficiência vem sofrendo transformações ao longo do tempo, em especial por influência de avanços científicos e mudanças culturais e sociais, como Peranzoni e Freitas (2000, p.1) afirmam:

[...] as PCD vêm sendo consideradas de diferentes maneiras, sempre relacionadas aos valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos de cada época, isto é, historicamente as PCD foram e ainda são consideradas conforme as diversas concepções de homem e de sociedade nas diferentes culturas.

2.1.1 Deficiência- Pré-modelo médico

Segundo Peranzoni e Freitas (2000) historicamente as PCDs sofrem com segregação e exclusão; na Roma antiga as crianças com deficiência eram abandonadas; na Grécia antiga eram excluídas por sua aparência imperfeita e/ou capacidades intelectuais inferiores e também quando crianças podiam ser descartadas, na Idade Antiga e na Idade Média o misticismo religioso governava como as PCDs eram vistas e a exclusão e até demonização delas perpetuavam a discriminação das mesmas.

Segundo Pessotti (1984, apud PERANZONI; FREITAS, 2000, p. 2), "o desenvolvimento da ciência permite questionar os dogmas religiosos e começam a surgir estudos mais sistemáticos na área médica visando explicar tais comportamentos". Só a partir do desenvolvimento da medicina as PCDs começaram a ser objeto de estudos, para poderem ser compreendidas e ter alguma assistência médica.

2.1.2 O modelo médico de deficiência

No modelo médico, o atendimento à pessoa com deficiência visava à cura e reabilitação, para, então, adequar a pessoa à sociedade. Surgem, a partir desta concepção, os centros de reabilitação. (SANTOS, PESSOA, 2019, p. 430)

Segundo França (2013) no modelo médico o que definia a deficiência seria a própria incapacidade física de realizar certas atividades e era essas incapacidades biológicas que levariam às desvantagens sociais. E para curar a deficiência, bastaria, na medida do possível, fazer intervenções no corpo para um melhor funcionamento biológico. Reduzindo assim as desvantagens sociais vivenciadas pelas PCDs.

Dentro desse modelo médico foi criada a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), que classifica e conceitua as condições crônicas de saúde decorrentes de doenças como concepções de deficiência, incapacidade e desvantagem

— Deficiência (Impairment): qualquer perda ou anormalidade, temporária ou permanente de uma estrutura física ou função fisiológica, psicológica ou anatômica. "Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão" (Amiralian et al., 2000, p. 98).

— Incapacidade (Disability): restrição ou total incapacidade de desempenhar uma atividade de maneira considerada normal ou dentro de um limite assim também considerado para um ser humano. A incapacidade é consequência de uma deficiência.

— Desvantagem (Handicap): limitação ou impedimento do desempenho dos papéis sociais tidos como normais para o indivíduo. É o resultado de uma deficiência ou incapacidade, e depende diretamente das atribuições culturais e sociais esperadas para um determinado indivíduo de acordo com seu perfil social. (FRANÇA, 2013, p. 2)

A principal crítica a esse modelo segundo Santos e Pessoa (2019) é ignorar todas as barreiras para a inclusão das PCDs existentes na sociedade, que incluem desde barreiras físicas que dificultem acesso nos edifícios, como também barreiras atitudinais e discriminatórias.

2.1.3 O modelo social de deficiência

A partir das críticas ao modelo médico, o novo modelo proposto indicava a necessidade da sociedade se adaptar para, de fato, incluir. (SANTOS, PESSOA, 2019, p. 431). Nesse novo modelo as dificuldades das PCDs de serem incluídas socialmente não se relacionavam com suas limitações físicas, eram causadas pelas barreiras e limitações que a sociedade impunha ao não se adaptar as necessidades das PCDs.

Segundo França (2013) esse novo modelo social começou a ter sua base teórica exposta no meio acadêmico pelo sociólogo Paul Hunt em 1966, e também foi ele que começou politicamente a fazer movimentos junto das PCDs na Inglaterra, originando a UPIAS -The Union of the Physically Impaired Against Segregation- entidade responsável pela concepção de deficiência como um fenômeno de natureza social.

E nesse movimento o conceito de lesão (impairment) e deficiência (disability) foram revisados:

lesão como a falta completa ou parcial de um membro ou ter um membro, órgão ou uma função do corpo com defeito; e deficiência como a desvantagem ou restrição de atividade causada pela organização social contemporânea que não (ou pouco) leva em consideração as pessoas que possuem uma lesão, e assim as exclui da participação das atividades sociais (UPIAS, 1976, p. 20).

Segundo Barnes 1998, apud Bampi, Guilherm e Alves, (2010), com a adoção do modelo social, a deficiência deixou de ser algo isolado cuja única solução era tratamento médico, para ser abordada como uma situação de discriminação coletiva e de opressão social para a qual a única resposta apropriada é a ação política.

Porém o modelo social também encontra suas críticas; “Uma objeção generalizada é que os modelos sociais subestimam o papel das deficiências como fonte de limitação. [...] mesmo em um ambiente totalmente acessível, algumas pessoas com deficiência ainda podem enfrentar desvantagens”. (NATHAN, BROWN, 2018, p.2 e 3)

2.1.4 O modelo interacionista

O terceiro modelo conhecido como interacionista, é uma tentativa de incorporar os pontos-chaves tanto do modelo médico como do social, enquanto se evita incorrer em seus respectivos erros. Nesse modelo tanto as deficiências pessoais como fatores sociais são juntos fatores fundamentais na produção de limitações que estão conectadas à experiência de incapacidade das PCDs. (NATHAN, BROWN, 2018)

Essa tentativa de equilibrar o modelo médico e social pode ser percebido no relatório da OMS (2012, p. 4): A incapacidade é um termo abrangente para deficiências, limitações para realizar, e restrições para participar de certas atividades, que engloba os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com um problema de saúde) e os fatores contextuais daquele indivíduo (fatores ambientais e pessoais).

E essa visão também está presente na CIF que é considerada a sucessora da CIDID, OMS (2012, p.4): CIF, adotada como modelo conceitual para este relatório mundial sobre a deficiência, compreende funcionalidade e deficiência como uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, tanto pessoais quanto ambientais.

Porém como Nathan e Brown (2018) argumentam mesmo com esse esforço de junção dos dois modelos, ainda há algumas questões a serem respondidas, como exemplo a distinção entre as condições subjacentes a deficiências genuínas e aquelas que refletem meros não talentos ou falta de super habilidades.

Ou seja, mesmo que esse modelo interacionista seja um avanço, ainda existe distinções e estudos a serem realizados sobre a definição de deficiência. E cabe aos acadêmicos juntos das próprias PCDs o longo caminho para o avanço desses estudos, para que possamos alcançar cada vez mais a inclusão dessas pessoas.

2.2 Legislação brasileira que trata de PCD

Em relação a concessão de direitos às PCDs no Brasil bem como, por meio da lei, coibir a discriminação dos mesmos, a Constituição da República Federativa do Brasil publicada em 1988 foi um marco vital, como Bravo et. al. (2009) destacam a constituição de 1988:

em seu artigo 7º, inciso XXXI, fica vedado qualquer ato discriminatório, seja quanto a salários, ou a critérios para admissão de trabalhador com deficiência, assegurando a igualdade de oportunidade e, consequentemente impedindo a concessão de privilégios a alguns em detrimento de outros.

E em relação a educação a constituição de 1988 estabeleceu importantes fundamentos como no artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O inciso I do artigo 206 estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988)

Porém como afirma Bravo, Bello, Hayashi (2014, p.15) “A luta pelos direitos das pessoas com deficiência vem ganhando forças na busca de uma sociedade inclusiva, porém estamos longe de conseguir o devido respeito à vida humana, merecido e garantido pela Constituição Federal de 1988”.

Ainda segundo Bravo, Bello, Hayashi (2014), foi a partir da década de 1990 que a legislação brasileira sobre acessibilidade de pessoas com deficiência com vistas à inclusão foi formulada.

2.2.1 Lei de cotas no mercado de trabalho 1991

Como exemplo a lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social - a lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, estabelecendo que :A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I- Até 200 empregados – 2%
- II- De 201 a 500- 3%
- III- De 501 a 1000- 4%
- IV- De 1001 em diante – 5% (BRASIL, 1991)

Porém a legislação sobre esse assunto de inclusão de PCD no mercado de trabalho, já tinha como garantias jurídicas antecessoras como a começar a constituição de 1988 (CO88) (BRASIL, 1988), em seu artigo 7º, inciso XXXI, determina que fica vedado qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Segundo Bravo (2013), após a CO88, houve uma sequência de leis e princípios jurídicos até chegar à lei Nº 8.213:

- A começar o princípio de igualdade, base da CO88 não apenas impede que seja conferido tratamento desigual aos iguais, como também impõe tratamento diferenciado entre os desiguais, visando à redução das desigualdades estabelecidas na sociedade. (BRAVO, 2009, apud BRAVO, 2013, p.35)

-Em 1989 a Lei 7853 ratificou os direitos garantidos pela CO88 e transferiu aos Estados e Municípios a responsabilidade pela adoção e efetiva execução de normas referentes ao assunto [...] E já nessa lei previu a adoção de legislação específica para disciplinar a reserva de mercado de trabalho, em favor das PCD nas entidades da administração pública e do setor privado. (BRAVO, 2013, p.35)

2.2.2 Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - LBI

E em 2015 a lei 13.146 foi promulgada, comumente chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) e como em seu art. 1º diz: essa lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

A LBI em seu capítulo 2 dedica-se ao direito da igualdade e de não ser discriminada, em seu art. 4º descreve o que será considerado discriminação:

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015)

E em seu 4º capítulo a LBI, dedica-se ao direito à Educação, no art. 28 essa lei dedica-se a incumbência do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar diversos pontos, dentre eles:

II – Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

V – Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI – Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.

X – Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação. (BRASIL, 2015)

E por fim no artigo 30 da lei supracitada, fala sobre os processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas. (BRASIL, 2015). Esse artigo foi vital para a acessibilidade das PCDs nesses processos seletivos, assim como afirma Rocha (2019),

entre as várias medidas que devem ser adotadas, esclarece questões importantes e oferece às pessoas com deficiência recursos essenciais para sua participação em igualdade de condições.

2.2.3 Lei de Inclusão na Educação superior, reserva de vagas- Lei 13.409/2016

Em 2016 uma importante Lei foi outorgada, a lei 13.409, conhecida como Lei de Inclusão na Educação superior, nela é garantida às PCDs vagas através da inclusão delas nas preexistentes cotas reservada às pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (BRASIL, 2016). E logo após essa lei o número de PCDs no sistema universitário aumentou, trazendo assim desafios aos gestores, pois além de oferecer vagas a essas pessoas, também se faz necessário mudança na estrutura do local, para dar acessibilidade, por exemplo aos cadeirantes; mudança de ordem pedagógica, de procedimento, de processos e de atendimento, situações que exigem dos gestores uma visão holística da sua unidade e integrada aos diversos níveis de ensino (DINIZ, 2017, apud OLIVEIRA, 2019)

E reiterando a importância dessa lei, Rocha (2019, p.83) afirma: “é por força de lei que as situações vão se transformando e as pessoas com deficiência, ganhando espaço no interior das IES, antes alijadas por políticas apáticas à sua condição e necessidades. O número de estudantes PAEE nas IES ainda é pequeno, mas pode ampliar-se com ações e esclarecimentos nesta área.”

2.3 Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior

Ferreira et al. (2017, p. 805) afirmam que “a partir dos anos 2000, a política educacional para as PCDs tem realizado diversas mudanças na oferta de serviços de apoio em escolas públicas, [...], e ocorreu principalmente após a LDB DE 1996”. Os autores destacam que a “política possui um papel ímpar na busca de contínuas melhorias no processo de inclusão escolar, sendo responsável por estabelecer as regras e os financiamentos para as instituições” (FERREIRA et al., 2017, p.812).

Em 1996 uma importante lei na área da educação foi criada – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9.394/96–, que no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1996)

Dando sequência nos esforços da inclusão na educação foi criada a lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI que em seu capítulo 4 fala sobre direito à educação para PCD dizendo em seu “Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (BRASIL, 2015)

Porem além de garantir a entrada das PCDs nas Instituições de Ensino Superior como foi feito através da lei 13.409 conhecida como Lei de Inclusão na Educação superior, nela é garantida às PCDs vagas através da inclusão delas nas preexistentes cotas reservada às pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (BRASIL, 2016).

Santos e Pessoa (2019, p. 438), em seu artigo concluíram:

[...] a partir do ponto de vista dos estudantes com deficiência no ensino superior, quais os fatores que dificultam a permanência nas instituições e, eventualmente, promovem a evasão nesta modalidade de ensino. Os resultados indicaram que diversas práticas no interior da universidade podem estar associadas à exclusão,

variando de questões objetivas, como a ausência de recursos adaptados e barreiras arquitetônicas, a aspectos relacionais, como a presença de preconceito e resignação dos próprios estudantes com deficiência. Desse modo, apesar do notório aumento de estudantes com deficiência no ensino superior, este estudo revelou que ainda existem muitas mudanças a serem realizadas para que a inclusão seja, de fato, uma realidade.

Oliveira (2019, p.20) em seu estudo concluiu que em questão de normativo o Brasil já atende às demandas para inclusão; no entanto, é na sua operacionalização que se encontram as maiores dificuldades. E o autor apontou algumas dificuldades na operacionalização:

- As instituições não desenvolvem as ações de inclusão de modo análogo. Elas possuem especificidades e capacidades orçamentárias dessemelhantes; por isso, tratam as demandas de modos díspares
- Vários instrumentos de avaliação já verificam a existência dos mecanismos de inclusão; contudo, às vezes eles apenas checam a sua presença e não se estão atendendo satisfatoriamente a todas as necessidades dos alunos com deficiência. Então, em uma primeira medida, propõe-se não apenas verificar, mas diagnosticar se as ações, as práticas, os equipamentos e a infraestrutura presentes nos espaços universitários atendem efetivamente à inclusão, isto é, examinar o grau de efetividade dessas estruturas e ações. [...]
- Outro ponto relevante detectado no estudo é o papel do professor. Foi quase unânime a ideia de que o elo principal na cadeia de atendimento ao aluno com deficiência é o professor. Por isso, citou-se a necessidade da formação do professor. Entretanto, mostrou-se imprescindível que a formação seja continuada, tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância. Ou seja, uma formação realmente contínua dos mediadores, em vez de apenas ofertas de cursos pontuais. Apesar dessa proeminência do professor, todos os envolvidos precisam estar preparados para atender os alunos com deficiência, desde o porteiro até o reitor/diretor da instituição de ensino. (OLIVEIRA, 2019, p.20)

Apesar do atual avanço no número de matrículas de PCDs nas IES, ainda existem muitos desafios para que conseguindo obter a formação profissional, elas possam sair da graduação com capacidades suficientes para sua entrada no mercado de trabalho com facilidade, e como os autores (SOUZA et al., 2019, p.219)ressaltaram “o trabalho para essas pessoas envolve aspectos como autoestima, prazer, auto realização, autonomia e possibilidade de conviver com outras pessoas, o que representa uma importante fonte de aceitação e, principalmente, de humanização”; E para garantir que as grandes empresas ofereçam oportunidades para as PCDs leis foram criadas.

2.4 Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho

E uma das importantes primeiras leis criadas sobre a inclusão foi a lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; - a lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, estabelecendo que:

- A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 - Até 200 empregados – 2%
 - De 201 a 500- 3%
 - De 501 a 1000- 4%
 - De 1001 em diante – 5% (BRASIL, 1991)

Para mostrar que mesmo com essa lei ainda existem algumas barreiras presentes na vida das PCDs aqui no Brasil, Ribeiro (2010, p. 16) diz que “um dos maiores problemas enfrentados pelas PCDs é a entrada no mercado de trabalho, [...] enquanto na Europa e nos Estados Unidos, cerca de 30% a 40% dessas pessoas estão empregadas enquanto aqui apenas 2% delas têm um trabalho regular.”

No entanto, a prática da inclusão de PCDs ainda é cerceada por diversos problemas dentro do ambiente organizacional. Pesquisas acadêmicas sobre este tema revelam que muitas PCDs inseridas no mercado de trabalho sofrem com o despreparo de seus gestores, com o preconceito de superiores e colegas de trabalho, com barreiras arquitetônicas, com a contratação baseada em benefícios de imagem ou na obrigatoriedade da Lei de Cotas, e com políticas de gestão inclusiva que são ineficazes na prática (CARVALHO-FREITAS et al., 2010; SANTOS et al., 2016; FREITAS et al., 2017; GIL, 2002; MIRANDA; CARVALHO, 2016; VIOLANTE; LEITE, 2011, apud SOUZA et. al., 2019).

2.5 Estudos bibliométricos anteriores com foco em pessoas com deficiência (trabalhos sobre o tema publicados no Brasil)

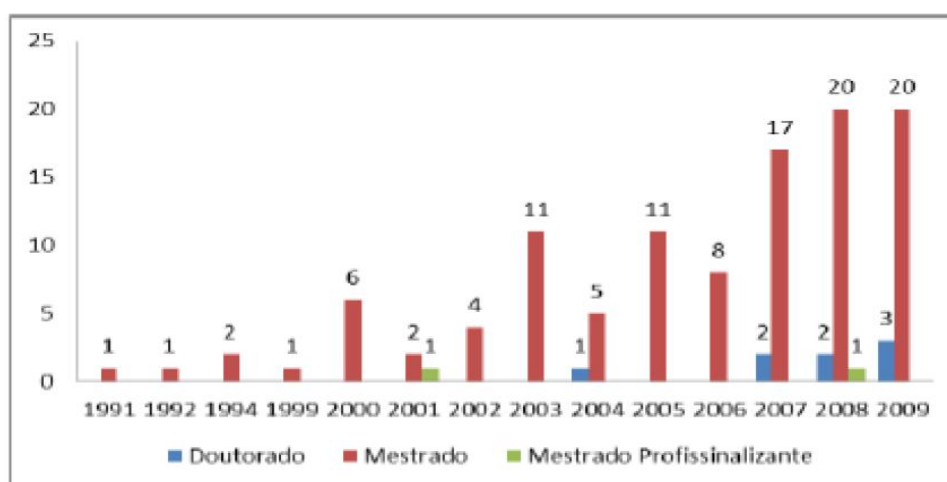
Ao estudar as pesquisas acadêmicas sobre o tema, de análises bibliométricas com foco em pessoas com deficiência em ordem cronológica de publicação podemos comparar os estudos a fim de conhecer como estão sendo abordados os assuntos sobre as PCDs e quais as conclusões ao longo do tempo que os autores foram tendo.

No campo da Educação Especial, podemos citar a pesquisa de Bravo *et al.* (2013), tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, que tinha como objetivo geral compreender como a temática “direito das pessoas com deficiência” foi tomada como objetivo de pesquisa na produção científica de dissertações e teses.

A autora delimitou para atingir esse objetivo os estudos oriundos de programas de pós-graduações do país no período compreendido entre 1991 e 2009, disponíveis no Banco de Teses da CAPES.

A autora contabilizou 119 trabalhos, porém desses apenas 44 trabalhos com texto completo, 3 com conteúdo restrito e 72 apenas com o resumo. Desses, 109 são dissertações de mestrado, 8 teses de doutorado e 2 dissertações de mestrado profissionalizante.

Figura 1–Distribuição de trabalhos por ano



Fonte: Bravo *et al.* (2013, p. 53)

Conforme gráfico 1, de 1991 a 1999, apenas 5 estudos foram publicados sobre o tema direito das PCDs, e percebe-se que só a partir de 2003 em diante é que começou a ter mais trabalhos.

A autora em sua conclusão destacou alguns achados em sua pesquisa, dentre eles:

- A maioria das pesquisas foi desenvolvida entre os anos de 2007 e 2009;
- Na maioria das vezes em programas ligados à área do Direito;

- Que poucas instituições são responsáveis pelo desenvolvimento da maioria dos trabalhos;
- A maioria dos trabalhos desenvolveu-se em nível de mestrado;
- Poucos trabalhos foram financiados por agências de pesquisa e que as se destacaram que mais contribuíram foram CAPES e o CNPQ;
- A maioria dos trabalhos não estava disponível na íntegra, sendo analisados apenas seus resumos. Bravo (2013, p.103)

Na área de terapia ocupacional, Simonellia e Filho (2017), publicaram seu estudo nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, volume 25, número 4; os autores buscaram investigar dentre as publicações brasileiras no período de 2010 a 2016, as políticas e as práticas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência no trabalho no Brasil e discutir o papel da legislação, os avanços, impedimentos, propostas para a continuidade dessa política essencial, assim como qual é a especificidade da contribuição da terapia ocupacional.

Os autores usaram como base de pesquisa a biblioteca virtual SCIELO (Scientific Electronic Library Online), Brasil, e a base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) no idioma português, publicados no Brasil, entre fevereiro de 2010 e fevereiro de 2016.

Após a seleção através dos termos apenas 13 artigos foram selecionados; 2 artigos analisam a inclusão sob a perspectiva populacional; 2, as ações de intermediação visando à inserção de PCDs nas empresas; 4, a inclusão em quatro cidades brasileiras; e os 5 restantes, casos de inserção de PCDs.

Notou-se que três das onze revistas nas quais os estudos foram publicados são da área de psicologia, duas são da área de administração/gestão, duas da área de educação, uma de terapia ocupacional, uma de saúde ocupacional, uma de saúde coletiva e uma de estudos populacionais.

Quanto à filiação dos autores, cinco estudos estão vinculados a departamentos de psicologia, três a departamentos de terapia ocupacional, dois a departamentos de economia, e os departamentos de educação, filosofia e Ciências Humanas e segurança e saúde no trabalho vinculam um estudo publicado cada um.

Por fim os autores concluíram que:

A maioria dos artigos desta revisão sustenta posição crítica quanto ao processo de inclusão em curso no Brasil. De modo geral, no caso das empresas, o cumprimento da legislação depende fortemente das ações de fiscalização, a estratégia adotada, via de regra, visa apenas a atender à lei sem grandes investimentos e mudanças, imperando ainda visão reduzida da deficiência e das possibilidades das PCDs.(SIMONELLI; JACKSON FILHO et al., 2017, p.865)

Na área de educação, Pletsch e Leite (2017), publicaram seu artigo na Educar em Revista, volume 33, número especial 3; as autoras tiveram como objetivo evidenciar o estado da arte da produção científica envolvendo a temática inclusão no ensino superior.

Pletsch e Leite (2017) tiveram como fonte de seus dados a produção científica publicada na base de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO -BRASIL), no íterim 2008-2016.

Ao filtrar de acordo com tema escolhido Pletsch e Leite (2017) encontraram 19 artigos e no início de seus estudos os separam em três categorias, a saber: a) Revisão de Políticas, estudos e experiências de inclusão no ensino superior, com oito produções; b) Formação e suportes pedagógicos oferecidos para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, com cinco produções; c) Mapeamento e trajetórias de pessoas com deficiência no ensino superior, com seis produções.

Pletsch e Leite (2017) em suas análises identificaram:

um avanço na produção científica, sobretudo, envolvendo a participação de pessoas surdas e cegas no ensino superior, assim como os desafios e caminhos encontrados pelas universidades para garantir a plena participação desses sujeitos nas atividades acadêmicas.

Também verificamos que as práticas e as concepções docentes sobre a temática têm sido positivas para atender a essa nova demanda educacional. No entanto, o corpo de pesquisadores, de um modo geral, aponta a necessidade de conteúdos que versem sobre o ensino e as atitudes dirigidas às pessoas com deficiência, tanto nos cursos de formação inicial como nas proposições de formação continuada, favorecendo subsídios teórico-operacionais para a experiência profissional. Foi igualmente notado a necessidade da remoção das barreiras arquitetônicas, da oferta de material didático para as aulas com pessoas com deficiência visual e a presença do intérprete de Libras para surdos, por exemplo.(PLETSCH; LEITE, 2017, p.103)

Em um estudo mais recente na área de educação especial, Hayashi e Gonçalves (2018), publicado na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), Marília, volume 24, Edição Especial; as autoras tiveram como objetivo analisar os balanços da produção científica no campo da Educação Especial publicados na RBEE, visando compreender como esse periódico tem contribuído para a consolidação do conhecimento nos 25 anos de sua trajetória.

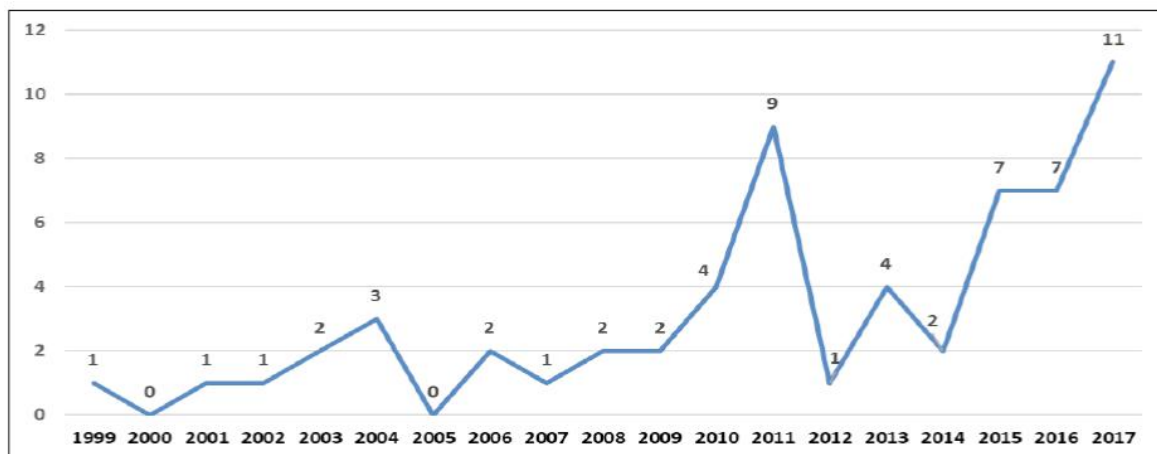
Hayashi e Gonçalves (2018, p. 137) apontaram um objetivo secundário de “apontar lacunas que merecem investigações futuras, além de servir de base para estudos comparados, os quais são cada vez mais demandados no cenário da produção científica em nível global.”

Para atingir esses objetivos Hayashi e Gonçalves (2018) usaram como fonte de dados artigos do tipo balanço de produção científica publicado na RBEE no período entre 1999 e 2017; por meio de buscas na biblioteca eletrônica SciELO e no *site* da revista para os volumes anteriores a 2005.

As autoras após a primeira filtragem com expressões de busca, encontraram 24 artigos, e após isso fizeram uma busca complementar mediante leitura de todos os títulos e resumos na coleção completa da RBEE dentro o período estudado, resultando em mais 52 artigos. Totalizando os 76 artigos, que por fim filtraram e sobraram 60 artigos que foram estudados.

Hayashi e Gonçalves (2018) fizeram um gráfico com a distribuição anual:

Figura 2– Distribuição anual dos trabalhos da RBEE



Fonte: Hayashi e Gonçalves (2018, p. 139)

Nessa tabela percebe-se que dentre 1999 e 2009 o número de artigos publicados se mantiveram estáveis, mas que em 2011 houve um pico que Hayashi e Gonçalves (2018) explicaram pelas comemorações dos 20 anos da RBEE, ocorrida em 2011 com a publicação de uma edição especial além das três edições anuais regulares até então, que teve impacto no crescimento de artigos do tipo balanço que foram publicados nesse ano. E por fim nessa tabela percebe-se que a partir de 2013 existiu uma tendência crescente de publicações.

As autoras também puderam perceber que a maioria das autorias eram coautorias, sendo as coautorias mistas e femininas as que mais se destacaram, sendo essas 2 coautorias correspondendo a 52 dos 60 artigos estudados.

As autoras tiveram achados em relação às temáticas referentes aos principais tipos de deficiência, dos 60 artigos 16 eram dessa temática, ficando distribuídos:

Deficiência visual- 5 artigos; deficiência física, aí inclusa a paralisia cerebral 3 artigos; deficiência mental/intelectual incluindo a síndrome de Down 5 artigos; e a deficiência auditiva 3 artigos. Além desses, dois artigos não especificaram o tipo de deficiência, referindo-se apenas a “pessoas com deficiência”.(HAYASHI; GONÇALVES, 2018, p. 149)

Por fim, Hayashi e Gonçalves (2018) concluíram que dentre os 60 artigos estudados:

alguns componentes metodológicos importantes nas revisões publicadas na RBEE, tais como equívocos ao classificar o tipo de revisão realizada, ausência de questão de pesquisa, falta de clareza na descrição dos procedimentos metodológicos. A ausência dessas informações pode gerar vieses na pesquisa e comprometer a produção de evidências cientificamente válidas a partir das sínteses de pesquisas realizadas nesses estudos de revisão.(HAYASHI; GONÇALVES, 2018, p. 149)

Em outro estudo mais recente na área de inclusão das PCDs no mercado de trabalho, Rodrigues e Pereira (2021) publicaram um artigo na Revista de Saúde Coletiva, volume 31; os autores tiveram como objetivo:

compreender como os periódicos brasileiros da Saúde Coletiva classificados no Qualis CAPES acima de B2 estão abordando a temática pessoa com deficiência e trabalho, tendo como foco a análise dos artigos que discorrem sobre a percepção das pessoas com deficiência sobre a inclusão no trabalho, bem como a identificação dos artigos que tratam de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.(RODRIGUES; PEREIRA, 2021, p.4).

Para atingir esse objetivo, Rodrigues e Pereira (2021) realizaram a consulta:

nas bases de dados SciELO e LILACS, rastreando artigos publicados em periódicos brasileiros da Saúde Coletiva do triênio 2013-2016 de Qualis A1, A2, B1 e B2. Para contemplar o maior número de estudos, o recorte temporal utilizado na pesquisa foram artigos publicados entre os anos de 2007 a 2018, nos idiomas português e inglês, cujos textos pudessem ser acessados na íntegra.(RODRIGUES; PEREIRA, 2021, p.4)

Rodrigues e Pereira (2021), na primeira seleção de artigos baseando-se só nos títulos, encontraram 65 artigos, entretanto apenas 19 foram utilizados no estudo, pois segundo os autores 46 deles só focavam na perspectiva biomédica da deficiência e de forma quantitativa sem abordar a percepção das PCDs sobre o trabalho. Já nesse corte os autores puderam notar que essa era a forma como a produção sobre deficiência na Saúde Coletiva está sendo construída e expressa nas revistas.

Desses 19 artigos estudados pelos autores, a distribuição ao longo do interm 2007 a 2018, foi constante, com exceções de 2007 que não teve artigo e 2015 que teve 5 artigos. A partir da leitura e análise dos artigos, os autores criaram quatro categorias: deficiência como desvantagem e restrição de participação; cotas para pessoas com deficiência; percepção da pessoa com deficiência sobre o trabalho e medidas de inclusão social no trabalho.

Por fim a principal conclusão de Rodrigues e Pereira (2021, p.15) foi:

que a deficiência é vista como desvantagem que restringe a plena participação social, motivada não pelas limitações corporais, mas principalmente por atitudes preconceituosas e estereótipos que estigmatizam as pessoas com deficiência como incapazes e por isso, reduzem as oportunidades de conseguir um emprego e dificultam a inclusão social.

Por último em um estudo mais próximo do tema dessa monografia, Dourado e Faria (2021) publicaram no Caderno de Administração, volume 29, número 2; tiveram como objetivo propor diretrizes de pesquisa para acadêmicos brasileiros em Administração, a partir de um panorama da produção científica sobre PCDs realizado por meio de uma análise de

base bibliométrica acerca das publicações nos eventos promovidos pela ANPAD entre os anos de 2010 e 2020.(DOURADO; FARIA, 2021, p.183)

Em sua pesquisa Dourado e Faria (2021), encontraram 81 artigos nos eventos da ANPAD, num total de 15.672 artigos presentes nesses 10 anos, um percentual de 0,52. Percebe-se que a representatividade dos artigos sobre PCDs é muito pequena, mesmo que ao longo da década o número de publicações na ANPAD tenha crescido, o percentual de publicações sobre PCD não aumentou.

Dourado e Faria (2021) perceberam que as pesquisas publicadas nos eventos da ANPAD não têm pesquisadores PCD e que muitas pesquisas sequer contam com PCD como entrevistado. E os autores também puderam concluir que poucos autores mantêm uma pesquisa contínua sobre a temática de PCD. Tal questão acarreta na falta de estudos continuados que, por exemplo, ocorram de maneira longitudinal.(DOURADO; FARIA, 2021, p.197).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Categorização da Pesquisa

A metodologia utilizada nesse estudo é descritiva; as pesquisas desse grupo:

têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2008,p. 25)

Essa monografia mapeou apenas artigos sobre o tema de inclusão de PCDs, publicados nos periódicos de contabilidade, em português. Com objetivo de estudar essa amostra e comparar com outros estudos bibliométricos sobre inclusão de PCDs e apontar características, tendências e lacunas dessa produção.

Em relação aos procedimentos de coleta e análise de dados, essa é uma pesquisa bibliométrica. Segundo Chueke e Amatucci (2015), os estudos bibliométricos tem como último passo e objetivo final sintetizar os achados e apontar direções futuras, provocando os pesquisadores a investigarem novas possibilidades.

3.2 População e amostra de pesquisa

A fonte de dados foi composta de artigos que primeiramente estavam contidos nas revistas científicas na plataforma Sucupira/Qualis Periódicos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) criou o sistema de avaliação Qualis, que consiste em um conjunto de procedimentos que são utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação ;“Para a realidade brasileira, o QUALIS da CAPES e o formato de avaliação por estratos é a melhor maneira de analisar a qualidade na revista para a qual se pretende publicar e publicar em revistas nacionais.” (FERREIRA 2010, p.11)

Nessa plataforma delimitou-se os periódicos qualificados nos estratos superiores: “A1”, “A2”, “B1”, “B2” e “B3”. Em relação ao período delimitado, escolheu-se a classificação 2013-2016, da grande-área de Administração, Contabilidade e Turismo”, cujo nome da revista contenha um dos três termos: Contábil, Contábeis ou Contabilidade.

E com essa filtragem de termos foram encontrados 22 periódicos conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Lista de Periódicos com um dos termos: Contábil, Contábeis ou Contabilidade, bem como seus estratos.

Título	Estrato
CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	A2
RCO - REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES	A2
REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS (ONLINE)	A2
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE (UFSC)	A2
REVISTA UNIVERSO CONTÁBIL	A2

BASE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNISINOS	B1
CONTABILIDADE, GESTÃO E GOVERNANÇA	B1
ENFOQUE: REFLEXÃO CONTÁBIL	B1
REPEC - REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE	B1
UNB CONTÁBIL (virou a Contabilidade, Gestão e Governança)	B1
PENSAR CONTÁBIL	B2
REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL	B2
REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ (ONLINE)	B2
REVISTA DE GESTÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	B2
SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO	B2
TECNOLOGIAS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE	B2
RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (ONLINE)	B3
RACEF - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA DA FUNDACE	B3
RC&C - REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA (UFPR)	B3
REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL	B3
REVISTA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL & FINANÇAS	B3
REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE	B3

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 Coleta de dados

Definiu-se como parâmetros de pesquisa os termos a seguir:

Quadro 2 - Termos de pesquisa utilizados pelo autor

	Termos de pesquisa
BUSCA 1	Inclusão
BUSCA 2	Deficiências
BUSCA 3	Deficiência
BUSCA 4	Deficientes
BUSCA 5	Deficiente
BUSCA 6	"Portador de Necessidade Especial"
BUSCA 7	"Portadores de Necessidades Especiais"
BUSCA 8	Surdez
BUSCA 9	Surdo
BUSCA 10	Surda
BUSCA 11	Surdos
BUSCA 12	Surdas
BUSCA 13	Surd*
BUSCA 14	Mudo
BUSCA 15	Muda
BUSCA 16	Mudos
BUSCA 17	Mudas
BUSCA 18	Cegueira

BUSCA 19	Cego
BUSCA 20	Cega
BUSCA 21	Cegos
BUSCA 22	Cegas
BUSCA 23	Ceg*
BUSCA 24	Cadeirantes
BUSCA 25	Cadeirante

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro das revistas, mostradas no quadro 1, foi feita buscas pelos termos conforme Quadro 2. Para isso cada site das revistas foi procurado no Google, e ao achar as revistas utilizou-se da ferramenta de busca avançada de cada revista para procurar pelos termos do Quadro 2.

Os resultados das pesquisas dos termos foram agrupados e estão apresentados no Quadro 3:

Quadro 3- Totais de publicações por grupo de termos, encontrados nas buscas

Termo de busca	Total de artigos
Inclusão	284
Deficiência(s)	128
Deficiente(s)	30
"Portador de Necessidade Especial"	1
"Portadores de Necessidades Especiais"	4
Surdez, Surdo(a)(os)(as)/Surd*	19
Mudo(a)(os)(as)	72
Cegueira, Cego(a)(os)(as)/Ceg*	50
Cadeirante(s)	1
Total	589

Fonte: Elaborado pelo autor

Nesse quadro 3 tem-se a quantidade de artigos que foram analisados para saber se eram de acordo com o tema, a ser explicado a seguir.

3.4 Análise dos dados

E por último analisou-se em primeira instância os títulos dos artigos selecionados no passo anterior para saber se realmente estavam de acordo como objetivo dessa monografia, isto é, se o documento era um artigo sobre inclusão de PCDs. Havendo duvidas, baixou-se os artigos para primeiramente analisar o resumo dos artigos e assim poder saber se o estudo atendia ao critério de inclusão nessa pesquisa. E nos raros casos de ainda existir duvidas, leu-se o artigo inteiro para determinar a linha de estudo.

E no fim dessa análise foram encontrados 6 artigos que serão apresentados no próximo capítulo desse estudo por meio de textos e tabelas, interpretando esses resultados com o auxílio dos estudos anteriores descritos no capítulo 2.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

O capítulo 4 apresenta e faz uma breve análise dos indicadores bibliométricos construídos após a coleta de dados; como a base bibliométrica resultante foi de 6 artigos.

4.1. Lista completa dos Títulos dos artigos e de seus Autores

Os estudos sobre inclusão das PCDs encontrados dentro das revistas de contabilidade nos estratos superiores do Qualis podem ser verificados no quadro 4, juntamente com seus autores.

Quadro 4 - Lista completa dos Títulos e Autores dos estudos selecionados

TÍTULO	NOME AUTOR 1	NOME AUTOR 2	NOME AUTOR 3
"A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONTABILIDADE"	Maria Elisabeth Pereira Kraemer	-----	-----
DIVERSIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	Maria Beatriz Rodrigues	-----	-----
A ACESSIBILIDADE SOB O ENFOQUE ÉTICO NA CONTABILIDADE	Jonatas Dutra Sallaberry	Bárbara Rocha Bittencourt Sallaberry	-----
CONTABILIDADE INCLUSIVA: UMA NECESSIDADE ESPECIAL	Ranylson de Sá Barreto Neto	-----	-----
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO SOBRE SEU APROVEITAMENTO NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)	Carlos Roberto Souza Carmo	Isabella Vilela de Souza	Patrícia do Prado Cunha
DESAFIOS PERCEBIDOS POR ALUNOS SURDOS NO ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO	Bianca Ribeiro Lages Santos	Flaviano Costa	-----

Fonte: Dados de pesquisa

Desse quadro pode-se perceber que metade dos artigos foram feitos por um só autor e a outra metade com coautorias.

4.2 Distribuição temporal dos artigos (anos)

Quadro 5 -Lista de artigos por ano

<u>TÍTULO</u>	<u>ANO</u>
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONTABILIDADE	2006
DIVERSIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	2007

A ACESSIBILIDADE SOB O ENFOQUE ÉTICO NA CONTABILIDADE	2012
CONTABILIDADE INCLUSIVA: UMA NECESSIDADE ESPECIAL	2016
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO SOBRE SEU APROVEITAMENTO NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)	2016
DESAFIOS PERCEBIDOS POR ALUNOS SURDOS NO ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO	2019

Fonte: Dados de pesquisa

Desse quadro percebe-se que apenas 2 dos artigos são antes de 2010, e que, portanto, a maioria 4 dos 6 artigos estão entre 2012 e 2019; vale ressaltar que só em 2016 foi um ano com mais de uma publicação e que nesse ano foi promulgada a Lei de Inclusão na Educação superior, reserva de vagas- Lei 13.409/2016, que pode ter influenciado os autores a pesquisar.

4.2 Distribuição dos autores por Gênero

Em relação ao gênero dos autores, dentre os autores e coautores que totalizam em 10:

- 6 eram do gênero Feminino
- 4 eram do gênero Masculino

Mostrando nessa amostra uma maior participação feminina 6 (60%) nesse tema de inclusão de PCDs, resultado que Bravo (2013) também encontrou. Na amostra dela (63,9%) das autoras eram mulheres e em relação aos orientadores (56,66%) também eram mulheres.

4.3 Distribuição de autores por IES (afiliação)

Os 10 autores dos artigos selecionados são afiliados de sete (7) Instituições de Ensino Superior (IES). Segue a relação das IES com a quantidade de autores afiliados(Dados de pesquisa):

- Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU) - 3 autores
- Universidade Federal do Paraná (UFPR) -2 autores
- Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)- 1autor
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRJS)-1 autor
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)-1 autor
- FUCAPE Business School-1autor
- Universidade de São Paulo (USP)-1 autor

Percebe-se que mesmo que a FACIC-UFUtenha 3 autores, os 3 participaram de um mesmo artigo, ficando, portanto, com a UFPR o destaque por ter participado de 2 artigos, com as demais faculdades participando de um artigo.

4.4 Distribuição espacial de autores (estados e regiões do país das IES)

Segue a relação dos Estados e regiões das IES dos 10 autores (Dados de pesquisa):

- Minas Gerais (Região Sudeste) - 4
- Paraná (RegiãoSul) - 2

- Santa Catarina (Região Sul) - 2
- Rio Grande do Sul (Região Sul) -1
- São Paulo (Região Sudeste) -1

Percebe-se que todos os autores são das regiões Sul e Sudeste. Comparando com estudo de Bravo (2013) que em sua amostra também encontrou uma maior predominância nas regiões Sul e Sudeste, porém no estudo dela também foram encontrados de alguns outros estados como Pará, Brasília, Alagoas, Pernambuco e Ceará.

4.5 Quantidade de autores por artigo

Segue uma relação de quantidade de autores por artigo, em ordem cronológica dos artigos:

Quadro 6 -Quantidade de autores por artigo

Artigos	Quantidade de autores
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONTABILIDADE	1
DIVERSIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	1
A ACESSIBILIDADE SOB O ENFOQUE ÉTICO NA CONTABILIDADE	2
CONTABILIDADE INCLUSIVA: UMA NECESSIDADE ESPECIAL	1
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO SOBRE SEU APROVEITAMENTO NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)	3
DESAFIOS PERCEBIDOS POR ALUNOS SURDOS NO ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO	2

Fonte: Dados de Pesquisa

Percebe-se um equilíbrio entre artigos com um único autor 3 (50%) e com coautoria 3 (50%), comparado com achados de Hayashi e Gonçalves (2018) 54 dos 60 estudos eram com coautoria, ou seja, na amostra deles há uma predominância de coautorias frente aos estudos individuais.

4.6 Quantidade de artigos por tema

Os 6 artigos puderam ser separados em 2 principais temas:

- Inclusão no Trabalho- 2 artigos
- Inclusão na Educação-4 artigos

Primeiro artigo do tema de Inclusão no Trabalho é o artigo de Rodrigues (2007), neste artigo, a autora teve como objetivo propor uma discussão sobre inclusão social no mercado de trabalho; E para isso a partir de exemplos em outros países, pensar em políticas públicas no tocante à inclusão social dos diversos grupos excluídos, incluindo as PCDs.

A autora ao pensar nessas políticas públicas buscou relacionar o papel de um lado da assistência social e dos serviços assistenciais e educativos com a inclusão no mundo do trabalho e do outro lado da comparação com o papel das empresas, apontando a necessidade do setor privado também pensar na elaboração e execução dessas políticas de inclusão.

Rodrigues (2007) em seu estudo teve algumas conclusões; primeiro que há uma tendência mundial de não mais só o setor público pensar em políticas de inclusão mas nos últimos anos a parceria público privado se faz necessário; segundo há uma carência de educação para as PCDs, não só das famílias de baixa renda, mas até mesmo com recursos

ainda existe muita desistência dos pais de colocar os filhos com deficiência por falta dos auxílios necessários às suas necessidades; terceiro existe sim benefícios para as empresas de empregar PCDs quando elas são encorajadas e auxiliadas em seu desenvolvimento.

Por fim Rodrigues (2007, p.74), pretendeu: por intermédio da análise de autores e temas não tão usuais à administração, chamar em causa os administradores públicos e privados para a consecução conjunta de políticas de trabalho que incluam a diversidade.

O segundo artigo sobre inclusão no trabalho, de Sallaberry e Sallaberry (2012, p.89), teve como objetivo “identificar os aspectos da contabilidade voltados às ações de inclusão social, com foco na acessibilidade das pessoas com necessidade especial”.

O estudo dos autores pode ser classificado como exploratório, a abordagem dos autores teve como classificação uma pesquisa qualitativa pois segundo Sallaberry e Sallaberry (2012, p.89) “o estudo visa à análise da acessibilidade diante da inflexão da ética na contabilidade através de pesquisa bibliográfica.”

Como metodologia Sallaberry e Sallaberry (2012, p.93):

Realizou-se um levantamento preliminar das fontes bibliográficas, junto aos periódicos e sites das instituições que regulamentam e influenciam a contabilidade e a acessibilidade e posterior seleção das publicações que na sua construção apresentassem tópicos que relacionassem a ciência contábil à acessibilidade e a contabilidade social.

Dentre seus principais achados Sallaberry e Sallaberry (2012, p.101) apontam que:

A legislação contábil internacional e até mesmo nacional quando trata da temática social restringe-se aos aspectos específicos do tratamento entre profissionais contábeis ou então aos aspectos contábeis dos recursos ambientais. Mesmo assim, tem-se visto esforços de órgãos da classe contábil em atuar proativamente na execução de ações em benefício dos menos favorecidos e dos necessitados. Muitos são os exemplos que vão desde a contratação de deficientes, readequação de instalações, campanhas de donativos, entre outras, executadas principalmente pelos CFC e CRCs.

Os autores apontaram como limitação pouca bibliografia existente no campo de contabilidade relacionado à acessibilidade. E por fim Sallaberry e Sallaberry (2012, p.102) sugeriram:

o desenvolvimento de pesquisas sobre os alunos de ciências contábeis portadores de necessidades especiais e o seu desempenho bem como a sua absorção no mercado de trabalho, professores com necessidades especiais e o nível de acessibilidade física dos cursos de ciências contábeis e das instalações profissionais.

E os outros 4 artigos sobre inclusão na Educação, em ordem cronológica são classificados nos Quadros 7 a 11.

Quadro 7 - Principais características do estudo de Kraemer (2006)

TIPO DE ESTUDO	pesquisa qualitativa de nível exploratório
OBJETIVOS	"apontar papel da contabilidade na evidênciação e demonstração de resultados alcançados pela empresa no processo de responsabilidade social"
METODOLOGIA	-Estudo da literatura sobre: inclusão, educação inclusiva e o papel da contabilidade
PRINCIPAIS RESULTADOS	-Nos últimos anos muitas leis e convenções avançaram na normatização da inclusão e, portanto, a contabilidade tem que estar atenta a como evidenciar os avanços das empresas nas medidas de inclusão

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 8-Principais características do estudo de Barreto Neto (2016)

TIPOS DE ESTUDO	Análise crítico-interpretativa e pesquisa bibliográfica
OBJETIVOS	Trazer a luz o tema contabilidade inclusiva, apontando diretrizes para o ensino superior de contabilidade de forma eficiente para as PCDs
METODOLOGIA	“Análise dos autores pesquisados de forma a fazer esboço teórico visando uma adequação prática.”
PRINCIPAIS RESULTADOS	Que ainda há um longo caminho para ir além de criar leis e normas para se alcançar a educação inclusiva e alcançar a efetividade no ensino da contabilidade, para isso os fundamentos da contabilidade têm de ser lecionados de forma inclusiva, de forma adaptar às necessidades especiais de cada indivíduo para que eles também aprendam.
LIMITAÇÕES	Não citado pelo autor
ESTUDOS SUGERIDOS	Não sugerido pelo autor

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 9-Principais características do estudo de Carmo, Souza e Cunha (2016)

TIPOS DE ESTUDO	Pesquisa descritivo quantitativo
OBJETIVOS	Análise da comparação do aproveitamento dos alunos dos cursos de ciências contábeis que realizaram o último Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE-2012), para saber se houve distintos aproveitamentos entre PCD e demais alunos
METODOLOGIA	Foram utilizadas estatísticas descritivas e testes não paramétricos para análise de médias e medianas, aplicadas aos dados de 47.299 alunos concluintes daquele curso superior. Adicionalmente, foi realizada uma análise comparativa com os resultados de estudos anteriores de natureza semelhante
PRINCIPAIS RESULTADOS	Corroborou que PCDs tem aproveitamento equivalente com demais alunos na prova de formação específica e na nota geral do ENADE-2012; porém nesse estudo não houve diferença de aproveitamento referente à prova de formação geral do ENADE-2012; autores concluíram que as PCDs têm aproveitamento similar aos demais alunos de ciências contábeis.
LIMITAÇÕES	séries de dados analisadas não permitirem a aplicação de testes paramétricos e, ainda, seus resultados estarem restritos aos dados dos alunos que participaram do ENADE-2012.
ESTUDOS SUGERIDOS	seja utilizada a mesma base de dados, porém, que se faça antes a análise de conglomerados de forma a se identificar grupos de alunos que apresentem característica semelhantes e, a partir, se promova a análise comparativa adotada na presente investigação, ou seja, a comparação entre o aproveitamento de alunos portadores de NEE e os demais alunos. Também, pode ser realizada a análise comparativa do aproveitamento dos estudantes de ciências contábeis entre estados, e, ainda, avaliadas quais características regionais voltadas para o atendimento dos alunos portadores de NEE, de forma a influenciar positivamente seu resultado nos respectivos cursos superiores

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 10 - Principais características do estudo de Santos e Costa (2019)

TIPOS DE ESTUDO	pesquisa qualitativa de nível exploratório
OBJETIVOS	investigar quais são os desafios percebidos pelos alunos surdos no ensino da disciplina de Contabilidade Introdutória nos cursos de Contabilidade e Administração.
METODOLOGIA	utilizou de entrevistas semiestruturadas online com os dados examinados pela técnica de análise de conteúdo. Foi realizada entre março/2017 e

	março/2018, tendo como sujeitos alunos surdos
PRINCIPAIS RESULTADOS	Como desafios identificados têm-se: [1] a barreira da linguagem; [2] a falta de conhecimento e de sensibilidade em relação à surdez; [3] a resistência com relação às adaptações possíveis de estratégias de ensino, de materiais e de utilização de recursos que facilitam a aprendizagem para alunos surdos; [4] a falta de sinais para representar os termos técnicos
LIMITAÇÕES	não validação das transcrições pelos alunos, devido à especificidade da surdez na dificuldade de interpretação e análise de textos longos. O processo de amostragem do estudo não foi probabilístico e os achados nessa pesquisa não podem ser generalizados, até por se tratar de percepções de indivíduos
ESTUDOS SUGERIDOS	Por fim, sugere-se que sejam realizadas mais pesquisas a respeito do tema, com outras disciplinas da área contábil, em momentos diferentes do curso, como no último período, possibilitando um diagnóstico do aprendizado do aluno ao final da formação. Em que sejam utilizadas outras abordagens metodológicas, estratégias de pesquisa e técnicas de coleta de dados. E que envolva sujeitos de outras regiões geográficas.

Fonte: Dados da Pesquisa

Vale mencionar dois trabalhos sobre inclusão no ensino mencionados no capítulo 2.5, que também chegaram à conclusão de que ainda há poucos estudos sobre inclusão das PCDs; estudo de Pletsch e Leite (2017, p.103) que reconheceu que existe um avanço na produção de conhecimento sobre o tema, mas “este ainda está muito aquém da demanda estudantil que cresce de forma acelerada.”

E o estudo de Dourado e Faria(2021), que fizeram um estudo semelhante, porém na área de administração e base de dados diferente, que foram os estudos publicados nos eventos promovidos pela ANPAD. Onde estudos sobre PCD correspondem a apenas 0,52% do total de artigos, e ainda concentrados em pesquisas recentes 2019 e 2020.

5. CONCLUSÃO

5.1 Considerações Finais

Este estudo objetivou responder à pergunta: **Como se apresenta a produção científica nacional em contabilidade sobre inclusão de PCDs?** Para isso, mapearam-se estudos em português contidos nas revistas de contabilidade dos estratos superiores: A1 a B3. Em relação ao período delimitado, escolheu-se a classificação 2013-2016, da grande-área de Administração, Contabilidade e Turismo”.

Inicialmente foram encontradas 22 revistas com nome contendo um dos três termos: Contábil, contábeis ou Contabilidade. Dessas revistas foram pesquisados diversos termos sobre inclusão de PCD, foram eles Inclusão, Deficiência(s), Deficiente(s), "Portador de Necessidade Especial", "Portadores de Necessidades Especiais", Surdez, Surdo(a)(os)(as)/Surd*, Mudo(a)(os)(as), Cegueira, Cego(a)(os)(as)/Ceg* e por fim Cadeirante(s).

Dessas buscas 589 artigos foram selecionados, porém depois da análise dos títulos e resumos quando necessárias para verificar se o tema era de inclusão de PCDs , apenas 6 artigos foram encontrados e essa foi a base bibliográfica dessa presente pesquisa.

Conclui-se que apesar da relevância do tema, Conforme a OMS “faltam tanto consciência como informação científica sobre as questões relativas à deficiência. Não há consenso sobre definições e pouca informação comparável internacionalmente sobre a incidência, distribuição e tendências da deficiência. Há escassos documentos com compilação e análise do modo em que os países desenvolvem políticas e respostas para abordar as necessidades de uma PCD.” (OMS, 2012, p. Introdução)

Ainda existe muita pouca atenção por parte dos pesquisadores na área de Contabilidade, mesmo com a maior entrada de PCDs nas IES principalmente após a lei 13.409, conhecida como Lei de Inclusão na Educação superior, nela é garantida às PCDs vagas através da inclusão delas nas preexistentes cotas reservadas às pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (BRASIL, 2016)

5.2 Limitações da Pesquisa

Em relação a limitações desse estudo, há uma falta de muitos estudos bibliométricos sobre o tema para poder comparar, bem como a ainda escassa literatura frente a inúmeras questões para efetiva inclusão das PCDs no ensino, no trabalho e na sociedade como todo ainda há muitas barreiras a serem vencidas. Como limitações também se citam a lista de termos utilizada nas buscas dos artigos e o recorte das buscas nos estratos superiores da classificação Qualis.

5.3 Sugestões para Estudos Futuros

Em relação a sugestões de pesquisa, um estudo bibliométrico sobre tecnologias assistivas e/ou métodos pedagógicos para melhor ensino as PCD. Seria importante para fomentar meios de ensino inclusivos para que as PCDs ao conseguirem entrar nas IES tenham maiores incentivos de permanecerem até se formarem. Também sugere-se ampliar as buscas em outras bases de dados, inclusive internacionais com termos em inglês.

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, L. A. D.; COSTA FILHO, W. M. O. Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPDC (Lei 13.146, de 06.07.2015): algumas novidades. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 962, p. 65-80, dez. 2015.

BAMPI, L. N. S.; GUILHERM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Am. Enfermagem**, Brasília, v. 18, n. 4, p.816-823. jul.-ago. 2010, Disponível em: <www.eerp.usp.br/rlae>. Acesso em: 28 dez.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Planos de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 de setembro de 2020

BRASIL, L. D. D.. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.2002

BRASIL, **Decreto Nº. 5.296/2004**. Disponível em <http://agenda.saci.org.br>

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei 12711/2012**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 04 de dez. 2022

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Casa Civil, Brasília. 2016.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso: 28 dez. 2022.

BRAVO, Aline Droppé. **As necessidades informacionais dos bacharéis em Direito na defesa das pessoas com necessidades especiais**. 2009. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BRAVO, Aline Droppé. **Análise bibliométrica da produção científica sobre direitos das pessoas com deficiência**. 2013. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BRAVO, Aline Droppé; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Direito e Educação Especial: Análise bibliométrica da produção científica de interface. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 13-29, 2014.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de et al. Socialização organizacional de pessoas com deficiência. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 264-275, jul.-set. 2010.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.1-5, maio-ago. 2015.

COSTA, Thelma Regina da Silva. **Distúrbios de audição e a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. 2013. 111 f. Tese (Doutorado em Fonoaudiologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. D.. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009.

DOURADO, Leoanardo Pedroso; DE FARIA, Marina Dias. PRODUÇÃO ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS EVENTOS DA ANPAD ENTRE 2010-2020. **Caderno de Administração**, v. 29, n. 2, p. 182-202, 2021.

DUFF, Angus; FERGUSON, John. Disability and the socialization of accounting professionals. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 22, n. 4, p. 351-364, 2011a.

DUFF, Angus; FERGUSON, John. Disability and the professional accountant: insights from oral histories. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 1, p. 71-101, 2011b.

DUFF, Angus; FERGUSON, John; GILMORE, Karen. Issues concerning the employment and employability of disabled people in UK accounting firms: an analysis of the views of human resource managers as employment gatekeepers. **The British Accounting Review**, v. 39, n. 1, p. 15-38, 2007

DUPIN, A. A. S. Q.; SILVA, M. O. Educação Especial e Legislação brasileira: revisão de literatura. **Scientia Vitae**, v. 10, n. 29, p. 65-79, jul/set. 2020.

FARIA, Marina D.; CARVALHO, José L. F. D. S. Diretrizes para pesquisas com foco em pessoas com deficiência: um estudo bibliométrico em administração. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 35- 68, jan/jun. 2013

FERREIRA, A. G. C. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGramaZero**, v. 11, n. 3, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7110>. Acesso em: 20 jan. 2023..

FERREIRA, N. C. S.; SOUZA, C. J. de; SILVA, J. H. da; FERNANDES, W. L. Estudo bibliométrico sobre a política educacional para pessoas com deficiência entre 1997 e 2014 (Bibliometric study about educational policies for people with disabilities, between 1997 to 2014). **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 804–816, 2017. DOI: 10.14244/198271991977. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1977>. Acesso em: 9 jan. 2023.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v.17, n.31, p.59-73, jul./dez. 2013.

FREITAS, C. M. L.; PEREIRA, J. R.; HONÓRIO, L. C.; SILVA, W. A. C. A Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: Uma Reflexão à Luz da Responsabilidade Social Empresarial. **Revista Economia & Gestão**, v. 17, n. 48, p. 98-118, 2017.

GIL, M. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto ETHOS, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, T. G. G. L.; HAYASHI, M. C. P. I. Estudo bibliométrico sobre educação do campo para jovens e adultos deficientes. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], n. 38, p. 129–149, 2014. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/351>. Acesso em: 20 jan. 2023.

INEP. **Resumo técnico. Censo da Educação Superior**. 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>. Acesso em: 24 ago. 2020

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 23 out. 2020.

LODH, Suman; NANDY, Monomita. Gender inequality and disabled inclusivity in accounting higher education and the accounting profession during financial crises. **Industry and Higher Education**, v. 31, n. 5, p. 335-347, 2017

LOPES, Sílvia et al. A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. In: **Actas do congresso Nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas**. 2012.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. **Envelhecimento e deficiência**. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 107-120. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/pessoa-idosa/Livro%20Os%20novos%20Idosos%20Brasileiros%20-%20muito%20alem%20dos%2060.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MIRANDA, A. V.; CARVALHO, J. L. F. Inclusão profissional de pessoas com deficiências: um estudo sobre as políticas e práticas adotadas por empresas do setor de óleo e gás do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Gestão**, v. 23, n. 3, p. 186-196, 2016.

NATHAN, Marco J.; BROWN, Jeffrey M. An ecological approach to modeling disability. **Bioethics**, v. 32, n. 9, p. 593-601, 2018.

OLIVEIRA, J. de. Análise da produção científica com a temática inclusão no ensino superior: reflexões sobre artigos publicados no período de 2016 a novembro de 2018. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 32, p. e73/ 1-27, 2019. DOI: 10.5902/1984686X36198. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36198>. Acesso em: 9 jan. 2023.

OLIVEIRA, Camila Dias de; MILL, Daniel. Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p. 1169-1183, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2012.

PERANZONI, V. C.; FREITAS, S. N. A evolução do (pre)conceito de deficiência. **Revista Educação Especial**, [S. l.], p. 15-20, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5253>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PLETSCH, Márcia Denise; LEITE, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 87-106, dez. 2017.

RÉ, Renata; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Pessoas com Deficiência no Trabalho: Análise da Percepção de Pessoas sem Deficiência. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 23, n. 37, p. 32-38, 2019.

ROCHA, Luiz Renato Martins da. **Panorama nacional dos estudantes público-alvo da educação especial na educação superior**. 2019. Tese (Doutorando em Educação Especial)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019

ROCHA, L. R. M. da; OLIVEIRA, J. P. de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1-16, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19961.048. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19961>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RODRIGUES, Pollyanna Salles; PEREIRA, Éverton Luís. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e310114, 2021.

SANTOS, J. V. P.; SANTOS, T. L. B., de Souza, A. A. A.; VERONEZE, R. B. Políticas de Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma análise sobre o caso de Lavras (MG). **Revista Foco**, v. 8, n. 2, p. 4-15, 2016

Santos, P. K., & Dantas, N. M. R.. Tecnologias assistivas e a inclusão do estudante surdo na educação superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n.3, p. 494-514, 2017.

SANTOS, Isabela Samogim; PESSOA, Alex Sandro Gomes. Fatores que dificultam a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 20, n. 4, p. 430-439, 2019.

SIMONELLI, Angela Paula; JACKSON FILHO, José Marçal. Análise da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho após 25 anos da Lei de Cotas: uma revisão da literatura/Analysis of the inclusion of people with disabilities at work after 25 years of the publication of Brazilian Law of Quotas: a literature review. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 4, p. 855-867, 2017.

SOUZA, Ana Augusta Almeida de et al. EMPRESA INCLUSIVA? UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DISCURSOS DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA E OS DE GESTORES DE UMA EMPRESA COOPERATIVA. **Gestão & Planejamento-G&P**, Salvador, v. 20, p. 218-238, jan./dez. 2019.

VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2011.

REFERÊNCIAS ARTIGOS QUE COMPOEM A BASE BIBLIOMÉTRICA:

CARMO, Carlos Roberto Souza; SOUZA, Isabella Vilela de; CUNHA, Patrícia do Prado. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO SOBRE SEU APROVEITAMENTO NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n. 2, p. 18-33, 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/17840/pdf_1. Acesso em: 15 jan. 2023

DE SÁ BARRETO NETO, R. Contabilidade inclusiva: uma necessidade especial. **Revista Mineira de Contabilidade**, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 6–11, 2016. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/476>. Acesso em: 15 jan. 2023.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONTABILIDADE, **Revista Pensar Contábil**, v.8, n.31 Disponível em: <http://www.arena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/32/32>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RIBEIRO LAGES SANTOS, B.; COSTA, F. DESAFIOS PERCEBIDOS POR ALUNOS SURDOS NO ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 18-45, 2020. DOI: 10.22561/cvr.v30i3.4803. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4803>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RODRIGUES, M. B. Diversidade, políticas públicas e administração de empresas. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 65–76, 2010.

Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/399>. Acesso em: 15 jan. 2023

SALLABERRY, J. D.; SALLABERRY, B. R. B. A ACESSIBILIDADE SOB O ENFOQUE ÉTICO NA CONTABILIDADE. **Revista Ambiente Contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 89–105, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1911>. Acesso em: 15 jan. 2023.